



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA  
EM 27 DE ABRIL DE 2012, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2012, NO MUNICÍPIO DE RECIFE (PE).**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2012, às 10h, horário de Brasília, no Instituto Ricardo Brennand, em Recife – PE, sob a condução do Presidente do CONDEL, Excelentíssimo Senhor Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro do Ministério da Integração Nacional, teve início a 14ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE, com as presenças dos membros Conselheiros, Excelentíssimos (as) Senhores (as): Teotônio Brandão Vilela Filho, Governador do Estado de Alagoas (titular); Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco (titular); Ricardo Vieira Coutinho, Governador do Estado da Paraíba (titular); Marcelo Déda Chagas, Governador do Estado de Sergipe (titular); Rosalba Ciarlini Rosado, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte (titular); Cid Ferreira Gomes, Governador do Estado do Ceará (titular); Givaldo Vieira, Vice Governador do Estado do Espírito Santo (suplente); Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais (suplente); Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da SUDENE e Secretário-Executivo do CONDEL (titular); Jurandir Vieira Santiago, Presidente do Banco do Nordeste (titular); Prefeito Julio Emilio Lossio de Macedo, Representante da Associação Brasileira dos Municípios – ABM (titular); João da Costa Bezerra Filho, Representante da Frente Nacional dos Prefeitos – FNP (titular); Flávio Viriato Saboya Neto, Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (titular); José Carlos Lyra de Andrade, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI (titular); Lázaro Luiz Gonzaga, Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC (suplente); Alessandro Jair dos Reis, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC (titular); Raimundo Lopes Junior, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI (titular); José Arnaldo de Brito, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (titular) e as Excelentíssimas Autoridades convidadas: Ester Dweck, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG; Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; José Sérgio Gabriele, Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, representando o Governo da Bahia; Luiz Fernando Silva, Secretário-Chefe da Casa Civil, representando o Governo do Maranhão; além das demais autoridades presentes, da área de atuação da SUDENE e Brasília. A Reunião contou também com a presença dos Diretores da SUDENE, Senhores Guilherme Maia Rebouças e Marcos Robalinho; Secretários do Ministério da Integração Nacional, representados à mesa pelo Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, Jenner Guimarães do Rego. Inicialmente, o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Bezerra



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Coelho para dar início aos trabalhos. Excelentíssimo Senhor Ministro saudou nominalmente todos os presentes, agradecendo a presença de todos Conselheiros e as demais autoridades convidadas. O Ministro expressou a imensa alegria e satisfação de estar realizando mais uma Reunião do CONDEL da SUDENE, passando a palavra ao Governador anfitrião, Excelentíssimo Senhor Eduardo Campos, para a saudação inicial. O Governador Eduardo Campos teceu seus cumprimentos a todos os presentes no evento e demais Governadores em nome do Governador do Ceará, Excelentíssimo Senhor Cid Gomes. Enalteceu o Empresário Ricardo Brenand, que acolheu a reunião em seu Instituto, falou sobre o estado calamitoso de estiagem referente à seca, as decisões importantes e os assuntos incorporados à pauta e sugeriu que a discussão sobre os incentivos fiscais estaduais fosse levada ao Conselho da SUDENE, devido ao edital do Supremo Tribunal Federal que, em 20 dias, abrirá debate público sobre todas as leis de incentivos, lembrando que estas vieram para diminuir as desigualdades regionais. Enfatizou que seria importante a SUDENE ser palco deste debate e dar seqüência à reunião que foi coordenada pelo Governador Cid Gomes, em Fortaleza, no dia dez de junho do ano passado, onde houve posição consensual dos governos do Nordeste sobre o assunto, mas que o CONDEL poderia expressar a opinião dos Governadores, formalmente, ao Supremo Tribunal Federal. O Presidente acatou que fosse incluída a sugestão do Governador de Pernambuco na pauta, para a apreciação e deliberação do CONDEL. Na seqüência foi oferecida a palavra ao Superintendente Paulo Fontana, que cumprimentou o presidente do CONDEL, o Governador anfitrião e os demais Conselheiros e presentes. Solicitou a inversão da pauta devido ao adiantado da hora, passando a discutir inicialmente o item 2.7, referente à discussão e votação da Proposição nº 048, de 26 de abril de 2012, que trata de alteração no programa de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) deste exercício para a criação de linha de crédito destinada a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal, conforme a Medida Provisória nº565, de 24 de abril corrente, que adicionou o artigo 8º à lei nº 10.177, autorizando o poder executivo a instituir linhas de crédito especiais dos fundos constitucionais no âmbito daqueles municípios que estão em calamidade pública, decretada pelo poder executivo federal, e a Criação do Projeto emergencial para a seca, anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff. Retomando a palavra, o Ministro Fernando Bezerra falou sobre o programa emergencial para a seca, esclarecendo que essa linha de crédito deve ter prazo determinado, conforme a medida provisória e também os encargos financeiros dessa medida e toda sua programação, que será definida por resolução do Conselho Monetário Nacional. Ainda o Ministro Fernando Bezerra colocou que ao lado da financeirização do FDNE, esse é o tema que desperta maior interesse por parte da representação política e da sociedade civil do NE brasileiro, devido ao quadro da seca consolidado na região do Semiárido. Ressaltou que a Presidenta, em reunião realizada em Aracaju, definiu, com os governadores do Nordeste, uma série de iniciativas e medidas que visam mitigar e atenuar os efeitos que centenas de municípios vêm enfrentando e que já está determinando um posicionamento por parte de governos estaduais e prefeituras municipais, sobretudo para poder garantir a oferta de água e garantir a preservação dos rebanhos. Entre as medidas, a Presidenta



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

deliberou pela abertura de crédito e de recursos do Orçamento Geral da União no valor de R\$ 2,7 bilhões, para serem utilizados em parceria com governos estaduais. Assim, encontra-se na pauta para ser apreciada e deliberada pelo CONDEL/SUDENE, por decisão da Presidenta, a criação de uma linha de crédito no âmbito do FNE, com uma dotação inicial de R\$ 1,0 bilhão, mas que essa dotação, caso se faça necessário, poderá ser reforçada para poder atender aos pequenos agricultores, aos médios agricultores, aos pecuaristas, e a Presidenta acatou a sugestão do Ministério da Integração em abrir essa linha de crédito emergencial aos outros setores de atividade produtiva, à indústria, à agroindústria, ao comércio e ao setor de serviços. Portanto, ponderou ser uma medida ampla, no sentido de motivar as atividades produtivas no interior do NE, que se ressentirão da escassez de água e da drástica redução da produção agrícola e pecuária. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de Fundos e Financiamentos do Ministério da Integração, Jenner Guimarães, para fazer a leitura das condições de financiamento, juros, amortização, prazo, etc, e informou que o Conselho Monetário Nacional estava se reunindo em Brasília, sob a presidência do senhor Alexandre Tombini, para também referendar esta linha de crédito especial. O Secretário de Fundos e Financiamentos, Jenner Guimarães, após tecer seus cumprimentos, explicou que a medida provisória nº 565, editada pela Presidenta, prevê a concessão de poderes ao poder Executivo para criação de linha de crédito emergencial, com os propósitos já colocados pelo Ministro, com relação ao atendimento as empresas, empreendedores, pessoas físicas e jurídicas afetadas pelas estiagens. Ainda esclareceu que essa linha de crédito foi dividida, basicamente, em dois subprodutos: uma linha especial do PRONAF, prevendo como beneficiários os agricultores e familiares do grupo B, que tenham limite de crédito de até R\$2.500,00, de uma taxa de juros de 1% ao ano, incluindo 40% de rebate sobre as parcelas dos financiamentos, com prazo de até 10 anos e 3 anos de carência, e os demais agricultores familiares teriam limite de crédito da ordem de R\$12.000,00, com a mesma taxa de encargos de 1% e 40% de rebate sobre as parcelas e um prazo de até 10 anos e 3 anos de carência. Destacou que outra linha especial, para os demais setores, incluindo os que foram pontuados pelo ministro (parte de comércio, serviços, indústria, agroindústria e também produtores rurais de maior porte) terá limite de crédito da ordem de R\$ 100.000,00 a taxa de juros de 3,5 % ao ano e sem rebate adicional com prazo de até 5 anos incluindo 1 ano de carência. Destacou que essas linhas incluem também o financiamento do capital de giro, no caso das empresas comerciais de prestação de serviços, e custeio também da atividade rural. Retomando a palavra o Presidente do CONDEL informou que esta linha de crédito emergencial será operada pelo Banco do Nordeste (BNB), e ofereceu a palavra ao Presidente do BNB para que o mesmo informasse, ao Conselho, quando é que o banco estaria pronto e apto para receber as propostas nas agências e de fato se iniciar os atendimentos as atividades afetadas pela estiagem, a partir da aprovação hoje pelo CONDEL e pelo Conselho Monetário Nacional (CNM). Com a palavra, o Presidente do BNB cumprimentou a todos os presentes e ressaltou que a principal reivindicação apresentada na reunião com os Governadores e a Presidenta da República foi quanto ao prazo para o início do atendimento, pois às vezes essas ações são lançadas e demoram a chegar nos beneficiários finais, mas garantiu que o banco estará, a partir de segunda-feira, 30 de abril de 2012, apto a receber os agricultores familiares enquadrados nestas condições



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

que foram lidas pelo Secretário Jenner Guimarães e pronto para contratar, a partir de quarta-feira, 02 de maio de 2012, qualquer operação de apoio ao combate da estiagem dentro do programa lançado pela Presidenta Dilma Rousseff. Nesse momento, o Governador Cid Gomes lembrou que essa linha de crédito também está sujeita aos decretos de emergências municipais, homologados pelo Estado e chancelados pela defesa civil nacional e, assim, não se criar uma falsa expectativa. O Presidente do BNB respondeu que vai estar disponível, porém, com especificações a partir do decreto de emergência, elaborado pelos municípios e reconhecido pelos governos estaduais. O Ministro declarou ser importante a observação do Governador Cid Gomes porque, de fato, a própria medida provisória já cita essa exigência: Colocou para os prefeitos com assento no Conselho que em primeiríssimo lugar os prefeitos municipais devem decretar o estado de emergência, caso existam tais condições, e que encaminhem os decretos de emergência no âmbito municipal, para apreciação da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Enfatizou que o governo estadual pode decretar as áreas que estão sendo reconhecidas como afetadas pela estiagem, e também encaminhar para Secretaria Nacional de Defesa Civil para ser feita a análise e a publicação do reconhecimento de situação de emergência no Diário Oficial da União. Neste momento, o Governador Eduardo Campos concordou com a sugestão do Governador Cid Gomes, porém sugeriu que o Banco do Nordeste permitisse que as agências municipais recebessem os pleitos e condicionassem a liberação após a publicação no Diário Oficial da União da emergência daquele município. O Ministro enalteceu a observação do Governador de Pernambuco, pois realmente existe essa demora entre o estado emergencial que é reconhecido pelo município/estado e o reconhecimento pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Aproveitou e ilustrou em números a situação atual, na qual 293 municípios no semiárido estão reconhecidos pela defesa civil e outros 200 estão em análise em Brasília, mas a estimativa colocada na reunião em Aracaju, pelo depoimento dos Governadores, é de que hoje aproximadamente 1.000 municípios do NE já estão sofrendo o efeito da estiagem. Assim, ficou a sugestão e passou a palavra ao Presidente do BNB para sua manifestação. O Senhor Jurandir disse ser perfeitamente possível e agradeceu desde já o empenho de cada governo estadual e do próprio Ministério junto à Defesa Civil Nacional para dar celeridade a esse processo, para não gerar expectativa ao agricultor na liberação do recurso. Com a palavra, o Governador do Estado de Alagoas indagou sobre quanto tempo é necessário para se reconhecer o pleito da emergência e o Ministro Fernando Bezerra respondeu que depende da qualidade da informação que é enviada pelo Município e pelo Estado. Explicou que em tese não é algo que demore mais de 2 dias. Com a palavra, o senhor Flávio Saboya, representante da CNA, cumprimentou a todos, destacando a rapidez com que o Governo Federal, através da Presidenta, tomou as medidas de caráter emergencial. Falou sobre aspectos concernentes ao setor rural, referindo-se à categoria do médio produtor, que está em destaque. Relembrou que na última reunião desse Conselho foi aprovado o aumento de crédito para a categoria do pequeno/médio produtor rural e sugeriu, especificamente quanto ao crédito estipulado em 1,5% para agricultura familiar e para os demais 3,5%, porém, por ser um corte muito significativo, que existisse uma proposta para o intermediário, os pequenos e médios produtores. Continuou, afirmando que o crédito seja de rito sumário, pois, se forem exigidas garantias para um determinado produtor o período de emergência irá ser





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

finalizado, não se conseguindo o crédito e desta forma os seus efeitos não serão atendidos. Neste momento, pediu a palavra o Governador Ricardo Coutinho, do Estado da Paraíba. Teceu seus cumprimentos e registrou que na primeira reunião, convocada pela Presidenta, através do Ministério da Integração, coordenador desta ação pública federal e estadual do Brasil para o combate a estiagem, foi uma reunião bastante produtiva, pela iniciativa e proatividade do Governo Federal em levar propostas concretas. Relembrou ainda ser fundamental levar água através de carro pipa onde necessitem de água para beber, mas que fosse aproveitado esse momento, de saúde econômica do País, para aprofundar as ações estruturantes. Ressaltou o PAC/Funasa, em torno de R\$1,8 bi para os municípios abaixo de 50mil habitantes, sugerindo que fosse antecipado um novo PAC/Funasa onde priorizasse os municípios que contribuirão com a bacia estendida. Destacou o Programa para o produtor do leite, tanto de cabra quanto de vaca, ressaltando que a Paraíba tem 120 mil litros de leite e que esse é um programa importante para produtor e o pequeno agricultor familiar, que passariam a outro padrão de vida a partir do momento que tivessem esse mercado seguro. Citou o flagelo do Semiárido devido à *cochonila*, dizimando a palma forrageira, alimento muito importante para os rebanhos. Finalizando, propôs que o Estado tivesse acesso a um recurso para plantio de palma resistente, pois não tem como suprir os 100% do plantio, mas que certamente o BNB poderia estudar junto ao Estado da Paraíba e sugeriu que o CONDEL elaborasse uma recomendação no sentido da ampliação da compra do leite do pequeno agricultor durante o período da estiagem. Nesse momento, o Ministro colocou que a questão do leite havia sido manifestada, em Aracaju, com a presença da ministra Tereza Campelo, que irá abrir as discussões sobre o tema. Reiterou a presença da Secretária Maia, que se manifestará sobre o programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O Ministro ressaltou, além da preocupação com a *cochonila*, os investimentos estruturantes. Informou que a Presidenta, em Aracaju, abriu linhas de crédito e recursos no valor de R\$ 2,7 bi e que o CONDEL poderá deliberar e aprovar a linha de crédito emergencial, mais R\$ 1,7 bi, recursos do orçamento geral da união para fazer o enfrentamento emergencial aos efeitos da estiagem que se consolida no semiárido do NE. Ressaltou não serem apenas essas ações que o Governo Federal estaria realizando para reforçar a infraestrutura hídrica do NE. No âmbito do Programa Água para Todos, informou que o Governo Federal irá investir entre 2012/2013, através do Ministério do Desenvolvimento Social e através do Ministério da Integração Nacional, R\$4,7 bi para construção de 750 mil cisternas, milhares de sistemas de abastecimento de água simplificado, aguadas, irrigação comunitária, dessalinizadores, perfuração de poços, portanto, um amplo programa cujas ações já iniciaram desde o ano passado e que o Ministério da Integração já havia desembolsado mais de R\$ 600 milhões. Com recursos do PAC, colocou aos governadores e governadora, que entre 2007 e 2010 o Governo Federal investiu em obras de ampliação de oferta de água, em infraestrutura hídrica, através do Ministério da Integração, R\$3,5 bi. Complementou que no ano passado efetivaram a liberação, até abril, de R\$ 1,2 bilhão, e que foram aprovados recursos no PAC além de R\$1,6 bilhão ( que já foram pagos), aproximadamente R\$ 11,0 bilhões. Resumindo, o Ministro frisou que a Presidenta Dilma está quadruplicando os recursos em infra-estrutura hídrica no semiárido do Nordeste Brasileiro. Portanto, ressaltou ser importante transmitir para os



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

governadores, para a representação política, para a representação da sociedade civil, para a imprensa, esses números, enaltecendo o esforço do Governo Federal para a geração de renda, a geração de empregos, sobretudo no semiárido, e a sua dedicação para a conclusão do projeto de Integração de Bacias do São Francisco, projeto que nasceu ainda na administração do Presidente Lula. Aproveitando a palavra do Governador Ricardo Coutinho, complementou que muitos desses investimentos estão com a parceria dos governos estaduais. Destacou ainda que além do projeto do São Francisco praticamente em sua totalidade, com exceção das ações desenvolvidas pelo Dnocs e Codevasf, e sistemas de abastecimento de água em aguadas ou em cisternas, os grandes investimentos estruturantes são tocados pelos estados. Nesse momento, antes de levar à votação do primeiro item da pauta, o presidente do CONDEL ofereceu a oportunidade para que a Secretária Maya, que representa a Ministra Tereza Campelo, pudesse trazer algumas informações sobre as ações do Ministério do Desenvolvimento Social. Com a palavra, a senhora Maya agradeceu a oportunidade ao Ministro e cumprimentou todos os presentes. Fez sua explanação sobre o Programa “Água para Todos”, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional no âmbito do Programa “Brasil Sem Miséria”, sob a coordenação da Ministra Tereza Campelo, com a meta requerida pela Presidenta de superar a extrema pobreza até 2014. Falou das experiências anteriores e disse que o Semiárido é a região nordestina mais vulnerável, colocando a questão do que seria estruturante para a população rural que lá reside, não em aglomerados que possibilitaria o uso de sistemas simplificados, mas a população que reside de forma distante, isolada, na qual o encanamento de água é inexistente, ocasionando o abastecimento de água muito precário. Enfatizou que a experiência exitosa que o Nordeste trouxe para o Semiárido fora a viabilidade de cisternas e que, no período de 2003 a 2010, foram construídas 380.000 cisternas com recursos do Governo Federal, e a partir do programa “Água para Todos” e do “Brasil Sem Miséria 2011” foram ampliadas as parcerias, em especial com o Ministério da Integração, que está colaborando com recursos em uma meta bastante expressiva, para mais de 300 mil cisternas, com o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a FUNASA, o Ministério do Meio Ambiente, por conta dos dessalinizadores, e a ampliação de metas e recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, assinalando R\$ 4,3 bilhões de 2011 a 2013. Destacou que os recursos de 2012 e 2013 são suficientes para fazer a contratação junto aos Estados. Esclareceu que partes dos recursos ainda não comprometidos aguardam uma aceleração de execução desses recursos para este ano. Em relação ao leite, afirmou que a definição dos preços é realizada pelo grupo gestor do programa para aquisição de alimentos, formado por cinco ministérios e que tem uma metodologia definida pela Companhia de Abastecimento do Ministério da Agricultura (CONAB), que irá fazer estudo para reajustar o valor do preço do leite. Informou que o último reajuste foi feito em 2009 e que estão aguardando o estudo com relação aos preços dos últimos dois anos. Nesse momento, o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela solicitou o uso da palavra e perguntou para a palestrante se o MDS detinha o número de todas as pessoas da região do Semiárido nordestino que estão no Cadastro Único e ainda não estão no Programa “Bolsa Família”, pois o momento é importante para se dar avanço nessa ação. Disse que em seu Estado, Alagoas, esses números são bastante expressivos. Continuou o Governador Teotônio Vilela que a correção do preço do leite é uma demanda de todos,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

pelos motivos colocados anteriormente pelo Governador da Paraíba. Respondendo ao Governador, a Secretária do MDS falou que depende dos microdados do censo demográfico de 2010 pelo IBGE, e a partir dessa atualização o Ministério do Desenvolvimento Social vai refazer uma estimativa de famílias pobres para cada município, porque pela pesquisa nacional (PNAD) não é possível fazer essa estimativa por município. O Ministro agradeceu a participação da Secretária Maya e passou a palavra para o governador de Sergipe, Marcelo Deda, que cumprimentou a todos os presentes e prestou uma homenagem ao Instituto Ricardo Brennand. Parabenizou o Governo Federal liderado pela Presidenta Dilma Rousseff, por ser ágil diante de uma seca de tais proporções no NE brasileiro, e com a mesma rapidez, ressaltou estarem na reunião do CONDEL para dar sequência às medidas anunciadas na última segunda-feira. Consignou algumas observações com relação à proposta decorrente de medida provisória pertinente ao R\$ 1,0 bi de recursos que serão disponibilizados pelo Banco do Nordeste na região afetada, formalmente decretada em situação de emergência ou de calamidade na forma que a lei estabelece. Continuou afirmando que sua primeira preocupação, referendando a forma mais rápida de reconhecer oficialmente o que já é na prática emergência ou calamidade, por serem significativos, são os dados que orientaram a reunião de Aracaju para o reconhecimento da área que está sendo castigada pela seca. Grifou que os recursos sejam distribuídos de uma forma bem ágil pelo BNB, ao mesmo tempo equitativa, através de todas as superintendências do banco, como é tradição dessa importante instituição financeira. Colocou a disposição do BNB o Banco Estadual de Sergipe (BANESE), que tem grande capilaridade e agências presentes em quase toda região do Semiárido. Registrou que no Ministério da Integração existe um importante programa que renovará o conceito da utilização do carro pipa, por ser um sistema ainda fundamental, e que Sergipe, por questões logísticas, foi escolhido para sediar o projeto piloto, acrescentando que não serão usados apenas nas emergências, funcionando mesmo no período chuvoso para levar água tratada que, por razões de ordem econômica ou mesmo de ordem operacional, não é possível levar água encanada pelas companhias de tratamento estadual. Fazendo uso da palavra, a Governadora Rosalba Ciarline, do Rio Grande do Norte, tece seus cumprimentos, falando da responsabilidade de estar nesta reunião em um momento como este, e parabenizou o Senhor Ricardo Brennand. Iniciou sua intervenção sobre a situação de seca em seu Estado, que se encontrava com 139 municípios reconhecidos e homologados. Aproveitou para fazer um reconhecimento ao Ministério da Integração, à Secretaria Nacional de Defesa Civil e ao Governo por estarem sendo, concordando com os Governadores, o mais ágil nessa questão, ressaltando que é preciso medidas de convivência com a seca, de forma menos burocrática, de forma mais rápida. Destacou os benefícios que trará a transposição do Rio São Francisco e citou o trecho que beneficiará o Rio Grande do Norte, que atendendo à bacia do Rio Apudi/Mossoró, o Rio São Francisco dará condições a sua perenização, mantendo a barragem em um nível estável. Então fez apelo da agilidade para com esse trecho que ainda não foi licitado e que entre na pauta de prioridades do Ministério. Destacou ser uma solução esperada há quase 50 anos, e disse que tem a certeza de que o Ministro vai realizar esse sonho tão esperado. Outra questão registrada foi a inserção, no programa “Água para Todos”, dos equipamentos necessários para o funcionamento efetivo dos poços, como bombas, etc.





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Também destacou o uso da tarifa verde, mesmo numa situação de seca, com um tempo maior e com condições para que o pequeno agricultor familiar possa ter o investimento que precisa. Concordou com o Governador de Pernambuco na questão da guerra fiscal, que precisa ser discutida no Nordeste e o Fórum tem que ser a SUDENE. Desta forma, fazer com que o Brasil fique igualitário, o que não acontecerá, ponderou, se não houver proteção contra os Estados maiores, mais fortes e mais ricos. Enalteceu o Governador de Sergipe e da Paraíba sobre a questão do leite e das espécies da palma. Ressaltou sobre o descontingenciamento de tudo aquilo que for destinado ao setor rural nas áreas que estão em emergência. E, finalizando, disse da satisfação de estarem reunidos discutindo medidas que são emergenciais, mas que vão dar condições de obterem medidas estruturantes para dar suporte em outros momentos difíceis como este. De volta com a palavra, o Presidente do CONDEL encerrou o debate do primeiro item da pauta, passando a palavra ao representante da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Senhor José Arnaldo de Brito, que falou em caráter explicativo com relação ao crédito emergencial e outras preocupações sobre ações tratadas anteriormente. Ressaltou que a CONTAG estava Reunida com a Presidenta Dilma, entregando a pauta do grito da Terra Brasil e, dentro dessa pauta, existem intervenções nesse sentido, voltadas para o NE e para todo o Brasil. Gostaria, porém, de dirigir um questionamento ao Presidente do Banco do NE, com o objetivo de saber se o risco para o financiamento do crédito emergencial dos recursos do fundo constitucional é bancário, pois, esclareceu, dependendo do risco se sabe como se dará à acessibilidade ao crédito e é fundamental este entendimento. Também, complementou, sobre a questão da agilidade do crédito, um trabalho conciso do banco, com os gerentes, nas agências locais, com os superintendentes, para que realmente seja efetivado, em tempo, o crédito emergencial. Frisou o empenho do Governo e a preocupação com a agricultura familiar, principalmente no NE. Porém, quis registrar sua surpresa ao ler o plano de desenvolvimento regional e não encontrar uma citação sobre a agricultura familiar, que é necessária e importante para o desenvolvimento regional. Agradeceu pela oportunidade e disse que a CONTAG está unida ao conselho da SUDENE para que possam fazer um bom trabalho na região NE como um todo. Nesse momento, o Ministro Fernando Bezerra perguntou se o presidente do BNB gostaria de fazer observações com relação aos comentários do representante da CONTAG. Assim, o Presidente Jurandir comentou que “as garantias que o banco exige ao PRONAF, como a própria Resolução definiu, que o risco da operação é do Fundo Constitucional, são extremamente simplificadas, que a partir de R\$10 mil até R\$12 mil também a Resolução definiu que devem ser observadas as garantias usuais de crédito, explicou ser uma exigência normativa que o banco está obrigado a seguir, mas a que irão ter os devidos cuidados para simplificar o máximo possível essas questões”. Continuou esclarecendo que a agilidade também é uma preocupação do banco, que operará na segunda-feira nessas condições do Programa e os assessores de crédito irão se deslocar às comunidades para explicar sobre como funciona, além de colher propostas. O Ministro agradeceu e colocou em votação a linha de crédito emergencial, primeiro item da pauta. Nesse momento o Superintendente da SUDENE e secretário-executivo do CONDEL, Senhor Paulo Fontana, solicitou a votação da aprovação do Programa Emergencial para a seca, na seguinte forma: a autorização para que o BNB coloque esse



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

programa dentro do seu plano FNE/2012 e, por último, estabelecer o prazo de 15 dias para que o BNB encaminhe para o Ministério da Integração e para a SUDENE uma nova versão do plano de aplicação do FNE/2012. Feito esclarecimento da matéria a ser deliberada, o Ministro colocou em votação, solicitando aos Conselheiros que aprovassem permanecessem como se encontram. Aprovado. Após a aprovação, a Governadora do Rio Grande do Norte e o Governador da Paraíba solicitaram ao BNB linhas especiais para outros programas em seus estados com juros compatíveis com o que fora colocado para a agricultura familiar. O Presidente do BNB colocou que existem o Crediamigo e Agroamigo que atendem a todas as áreas urbanas e rurais, porém para se fazer operações de crédito nessas condições, aqui estabelecidas, antes necessitam de aprovação política deste Conselho, ou seja, se for do entendimento que parte do recurso deverá ser destinado também aos Programas citados pelos Governadores, em condições diferenciadas, e ainda o Conselho Monetário terá que aprovar. Concluiu que o BNB tem estrutura para operar. Complementou que o FNE não permite a contratação com Estados. Já existem linhas de crédito desenvolvidas no banco e em andamento para o caso da produção de palmas feitas diretamente com o produtor. Para o Estado, porém, tem que ser uma linha de crédito normal de financiamento ao setor público. O Governador da Paraíba disse ser esta sua intenção, se existe outra linha de crédito do BNB, onde os Estados possam utilizar dinheiro para fazer esse tipo de investimento específico, algo que seja estruturante para a economia do semiárido. O Senhor Jurandir respondeu que as linhas de crédito que o banco opera junto ao setor público são aquelas aprovadas pelo governo federal. Nós operamos recursos do repasse do BNDES para o setor público para contratação com Estados e Municípios, mas se comprometendo a fazer um estudo aprofundado dessa situação e lhe responder diretamente e aos demais governadores que tiverem interesse. Nesse momento, o Ministro anunciou que a Presidenta Dilma autorizou e que se encontrava para apreciação, no Ministério da Fazenda, a revisão das taxas de juros que serão cobradas no FDNE e no FNE, e essas novas taxas irão vigorar até o final de 2013, dentro do esforço do Governo Federal de animar as atividades produtivas do país inteiro e de forma particular na região Nordeste, no sentido de garantir a geração de emprego e renda. Dando sequência à pauta do CONDEL, por solicitação do superintendente Paulo Fontana, o Presidente concordou que, antes de ser anunciada a instituição dos comitês Estaduais que vão monitorar e acompanhar as ações de enfrentamento à estiagem e antes da assinatura dos convênios, a pauta ordinária da SUDENE fosse apreciada e realizada uma votação em bloco. Com a palavra, o Superintendente Paulo Fontana esclareceu que todos os trabalhos apresentados na pauta do item 2.1, que é a ata da última reunião, e os assuntos até o item 2.6 se referem a assuntos discutidos na última reunião do comitê técnico no dia 19/04/2012, na SUDENE. Solicitou, dessa forma, transcorrer rapidamente sobre os assuntos, aprovados *ad referendum*, e homologar como único bloco, uma vez que as discussões já teriam sido realizadas. Iniciou pela proposição 43 que o ministro assinou, pois tinha prazo e tratava da proposta de projeto de lei para exposição do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, já encaminhado ao Ministério para ser entregue ao Congresso, ressaltando que esse plano fora apresentado na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE em dezembro de 2010. A segunda discussão, colocada na última reunião, foi o plano de aplicação do



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

FNE no primeiro semestre de 2011. O BNB estaria pronto para fazer uma apresentação, porém, existia um prazo, assim seria necessário que fosse aprovado o primeiro semestre de 2011, também discutido em reunião técnica da SUDENE. O item 2.4 foi discutido, trata-se da proposição número 45 que fora aprovado *ad referendum*, devido ser até 15 de dezembro de 2011 o prazo para aprovação e baseado na resolução número 47, também aprovou o plano de aplicação do FNE para 2012. Em seguida, explicou, o ministro baixou uma portaria de nº 823 com vedação para projetos de energia, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e na vedação também de financiamento para equipamentos, máquinas, aeronaves, veículos com índice inferior a 60%, aprovando por ato de *ad referendum*. E por último, sensibilizado com as colocações do BNB, solicitando para que fossem para o rol de excepcionais as vedações dos projetos que já estavam em carteira do BNB, até 14/12/2011 e que pudessem ser assinados até o final de outubro de 2012, como projetos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, exceto eólica, isso porque, todos os projetos de energia eólica estão sendo financiados ou pela SUDENE ou pelo BNDES ou em conjunto. Segundo seria financiamento para aquisição de equipamento, máquinas, aeronaves, embarcações com indexações inferiores a 60%, e terceiro seria projeto de grande porte não enquadrado como estruturante. Pedindo em seguida para que o ministro colocasse em votação. Com a palavra, o Ministro colocou em votação os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da pauta ordinária, fazendo o esclarecimento de que todos os itens foram previamente tratados com os representantes dos governos estaduais e com os representantes dos membros do conselho do CONDEL. Nesse momento, um membro do Conselho quis registrar sua preocupação no assunto da alteração na administração dos recursos do FDNE, com o BNB perdendo a sua exclusividade, na aplicação e compartilhando essa aplicação, em função de medida provisória, com outras instituições financeiras. O Ministro explicou ser esse assunto o próximo item da pauta, que trata sobre a financeirização do FDNE, colocando em votação os seis itens anunciados pelo Superintendente Paulo Fontana, que foram previamente acordados entre as equipes técnicas dos governos estaduais. Em votação, Aprovado. Com a palavra, o mestre de cerimônia anunciou a criação dos comitês estaduais do Programa “Água para todos”, com objetivo de coordenar as ações do programa em cada estado, já dispostos nos decretos de criação dos comitês em todos os estados que integram a SUDENE. Anunciou, ainda, a assinatura dos convênios com os estados para a região do semiárido, totalizando R\$ 340 milhões, e o acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Integração Nacional e o Estado do Maranhão para implementação, implantação, recuperação e ampliação dos sistemas coletivos de água. Assinam, nesse momento, o Ministro da Integração Nacional, o Chefe e o Secretário Chefe da Casa Civil do Maranhão e o Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Em seguida, o convênio com o governo da Bahia para construção de 360 barreiros em comunidades rurais, 12 mil cisternas e 1.240 sistemas coletivos de captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo humano, assinando o Ministro da Integração Nacional, o Secretário de Planejamento da Bahia e o Secretário de Desenvolvimento Regional. Os convênios seguintes foram com o governo do Estado de Alagoas, assinando o Ministro da Integração Nacional, o Governador do Estado de Alagoas e o Secretário de Desenvolvimento Regional; com o Governo do Estado do



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Ceará, assinando o Ministro, o Governador do Ceará e o Secretário; com o Governo de Sergipe, assinando o Ministro, o Governador de Sergipe e o Secretário; com o Governo da Paraíba, assinando o Ministro, o Governador da Paraíba e o Secretário; com o Governo do Estado de Minas Gerais, assinando o Ministro, o Vice-Governador e o Secretário; com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, assinando o Ministro, a Governadora e o Secretário; com o Governo do Estado de Pernambuco, assinando o Ministro, o Governador de Pernambuco e o Secretário. Nesse momento, o Ministro solicitou, a pedido do Governador Cid Gomes, que fosse esclarecido o compromisso que a Presidenta Dilma assumiu com os Governadores do Nordeste de que os estados que executarem mais de 50% das obras pactuadas dos convênios que estão sendo assinados, nos convênios que serão assinados e nos que já foram assinados com o MDS no âmbito do programa “Água para Todos”, estarão dispensados da contrapartida, e aqueles que já executaram mais de 50% e desembolsaram a contrapartida serão analisados, pois serão mais recursos para investimentos, e ressaltou que na reunião dos Governadores, o Ministério de Desenvolvimento Social colocou que dispõe ainda de R\$ 193 milhões para serem ainda pactuados e serão alocados aos estados que tiverem melhor desempenho de execução. Nesse momento, após o convite para o Ministro de comparecimento à inauguração de Adutora, pela Governadora do Rio Grande do Norte, o mestre de cerimônia anunciou a assinatura da Portaria de criação do Comitê Integrado de Combate a Estiagem no Semiárido Brasileiro, pelo Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que pediu o apoio e o esforço das equipes estaduais, para que os comitês estejam implantados na segunda-feira seguinte. Solicitou, ainda, que esses comitês estejam formados por dois técnicos da Secretária Nacional de Defesa Civil, que se encontram designados para cada um dos estados do Nordeste, por um técnico do Ministério de Desenvolvimento Social, também está designado um técnico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Ministério de Minas Energia, sobretudo nas ações de perfuração e instalação de poços artesianos. Salientou a participação de um técnico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um representante do Exército Brasileiro, que será o responsável pela operação ‘carro pipa’ e por um representante da Defesa Civil Estadual. Continuou o Ministro, que o Governador poderá designar outros representantes das Secretarias de Recursos Hídricos, de Agricultura, conforme a necessidade de cada Estado. A portaria sugere ainda que no comitê haja representantes das associações dos municípios. O referido Comitê é executivo e irá funcionar durante seis meses, até o final do ano para o acompanhamento das ações emergenciais. Esclareceu que o Comitê será coordenado por representante local, que poderá ser atribuído pelo Governador, que terá como responsabilidade encaminhar as informações sobre a situação real em cada Estado semanalmente para Brasília. Esclareceu que em Brasília existirá o comitê que será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, para acompanhar a evolução do atendimento as populações de cada Estado afetado. Falou de sua presença na instalação do Comitê de Pernambuco, segunda-feira, e que no mais tardar, na quarta-feira, todos os comitês já estejam instalados. Ressaltou que em relação aos sistemas de abastecimento de água simplificado, a experiência mais rica é do Estado da Bahia, da CERB, e que seus técnicos estarão à disposição da Defesa Civil para serem organizadas reuniões para troca de informação. Com relação à perfuração de poços e à implantação de cisternas,





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

disse que a melhor experiência, pela velocidade da execução e qualidade das obras que estão sendo feitas a partir do ano passado, é do Estado do Ceará. Então, os dois governadores, tanto o governador Jaques Wagner quanto o governador Cid Gomes, colocaram as suas estruturas técnicas à disposição dos comitês, para que possam encontrar os caminhos mais céleres e mais seguros para contratar e executar essas ações. Nesse momento, o Superintendente Paulo Fontana solicitou ao Ministro Fernando Bezerra, Presidente do Conselho, que fosse assinada a resolução que foi discutida nessa manhã, que cria o Programa Emergencial para a Seca, informando que essa resolução estará disponível no site da SUDENE. Após a assinatura, o Ministro informou que aceitou o convite do Governador Cid Gomes para instalar, na quarta-feira, o Comitê do Ceará. Antes de passar para os dois últimos itens da pauta, o Ministro compartilhou as recentes informações que foram divulgadas pelo IBGE, que foram os dados do censo 2010 em comparação com os dados de 2000, encaminhados pela Ministra Miriam Belchior, através da Secretária Ester Dweck, constatando o crescimento acelerado do Nordeste mais do que a média nacional na gestão do Presidente Lula, com a geração de emprego, a geração de renda, e os números do IBGE reafirmam essas conquistas, com a redução na migração, reduzida para 26,3 habitantes por cada mil, e o crescimento populacional, ou seja, existência de emprego nas regiões de origem onde as pessoas moram e vivem e também o dado da redução da migração em relação ao NE brasileiro. Destacou a redução da mortalidade infantil no NE, informando que em 2000 a mortalidade infantil era de 44,7 crianças mortas antes de completar o primeiro ano de vida para cada mil nascidas, a qual foi reduzida para 18,5 em cada mil crianças. E, finalmente, o terceiro indicador que a Ministra Miriam pediu para compartilhar com esse Condel, é o percentual de empregados com carteira assinada no NE Brasileiro, que no ano 2000 eram 41,4% dos trabalhadores com carteira assinada e em 2010 esse número passou para 49,1%, um crescimento de mais de 20% no volume de trabalhadores com carteira assinada. Ressaltou que o item seguinte da pauta sobre a financeirização do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) “é a fonte de interesse, de preocupação dos governadores e do Governo Federal, no sentido de ser um dos instrumentos para manter essa trajetória de redução das desigualdades regionais”. Lembrou o Ministro que na última reunião do CONDEL, quando fora colocado aos Conselheiros a proposta de financeirização do FNDE, falava-se das ameaças dessa reconcentração, que poderá acontecer pelos fortes investimentos nessa década, até 2020. Assim, afirmou que o CONDEL precisará estar atento para subsidiar o Governo Federal em adoção de novas medidas que possam reforçar a capacidade de crescimento do Desenvolvimento Regional. Desta forma, continuou, a decisão tomada pela Presidente Dilma através da Medida Provisória nº 564 de 03 de Abril/2012, foi de transformar um fundo meramente contábil em um fundo contábil com característica financeira. Em sua explanação, o Ministro esclareceu os objetivos da financeirização e o que motivou a referida medida. Primeiro, a agilização efetiva da liberação de recursos, ressaltando que a classe empresarial estará motivada com a autonomia financeira do Fundo, os recursos assegurados e o fluxo financeiro garantido para que as operações contratadas pelo Banco do Nordeste possam, de fato, chegar às atividades financiadas. Outro motivo, como fundo contábil, o que não era empenhado no final do exercício não valia para o exercício seguinte. O terceiro objetivo, explicou, será resgatar a





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

credibilidade do Fundo. Informou que a Medida Provisória já está em vigor, em apreciação no Congresso Nacional, e a sua votação seria ainda no mês de Maio. Com o apoio do Ministério da Fazenda, explicou que o saldo empenhado no ano passado será migrado, já tendo o amparo das novas regras do FDNE. Lembrando as observações do Governador Marcelo Deda, a mudança, em relação ao agente operador do FDNE, será o risco da operação do FDNE, que será 100% absorvido pelo banco, o que difere da situação anterior, pois grande parte do risco era do Tesouro Nacional. Chamou atenção que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) já opera com 100% do risco bancado pelo Banco do Brasil. A segunda mudança, destacou, será permitir que outros Bancos Federais possam também operar o FDNE. Ressaltou que o Banco preferencial continuará sendo o Banco do Nordeste, mas o Banco do Nordeste, como qualquer outro agente operador financeiro, terá que seguir as regras do acordo de Basiléia. Enfatizou que no momento o Nordeste brasileiro está vivenciando grandes investimentos estruturantes, de grandes financiamentos, que terão que ser alavancados e financiados pelos Bancos Federais e que, muitas vezes, o Banco do Nordeste poderá estar diante do seu limite definido por Basiléia, que é fixado e regulado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Governador Cid Gomes interrompeu, levantando sua preocupação, que obviamente regras são regras, porém o Banco do Nordeste como operador exclusivo tem, neste capital, uma linha fundamental para o seu próprio funcionamento. Propôs uma moção, junto aos membros do CONDEL, no sentido de que haja uma ampliação do capital social do banco e que o Estado do Ceará se dispõe, inclusive a, se lhe for facultado, participar, e que boa parte dos estados do Nordeste não tem mais bancos oficiais, “entendendo que seria uma forma de não só onerar contabilmente o Governo Federal e que os governos estaduais poderiam integrar essa ampliação de capital do BNB”. De volta com a palavra, o Presidente do CONDEL foi receptivo e complementou que o Banco precisa ser capitalizado para que possa continuar sendo o grande agente operador na região. Por outro lado, falou ser importante que se traga para o Conselho o debate que tiveram em outubro, não podendo esquecer que o BNDES é um banco brasileiro, não apenas banco do Sul e do Sudeste, e que deve ter uma maior participação no volume de liberações e aplicações na Região. Por outro lado, o BNB, lembrou o Ministro, transformou-se no banco do empresário nordestino e, conforme decisão da Presidenta Dilma, poderá ser o grande instrumento de capitalização do empreendedor regional. Desta forma, concordou com a necessidade de fazer a moção e promover um debate junto ao Ministério da Fazenda, por ser o Ministério que tem a responsabilidade sobre o assunto, porém sem perder a ótica de que os investimentos estruturantes do Nordeste não sejam apenas analisados pelo BNB. Voltando à pauta, esclareceu que a partir da referida Medida Provisória e da sua regulamentação, serão deliberadas as novas regras do FDNE. Na realidade, a SUDENE não vai deliberar sobre a viabilidade econômica financeira, esclareceu, e sim sobre a importância do investimento para o desenvolvimento regional, no âmbito da política do CONDEL, de ser o empreendimento importante para o desenvolvimento econômico e social e, assim, aprovado na SUDENE. A remuneração dos agentes será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, através de proposta que foi encaminhada pelo MI, continuou o Ministro, e que está em apreciação no Ministério da Fazenda. Complementou que as debêntures continuarão como opção, podendo ser convertida, nos empreendimentos que



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

o Governo Federal considerar irrelevantes para o desenvolvimento nacional, com a mudança que será permitida a contratação de financiamento simples e será a fonte de recurso do Fundo, composta de dotação orçamentária anual, acrescida da reversão dos saldos anuais não aplicados e do produto, do retorno das operações, ou seja, um fundo contábil de natureza financeira. Em seguida, apresentou a importância da referida mudança, mostrando uma projeção de que em 2020 os ativos totais do FDNE ultrapassarão R\$ 37 bilhões. Finalizou agradecendo o apoio do CONDEL, a participação decisiva dos governadores, dos representantes do Congresso Nacional e agradeceu o trabalho feito pelos técnicos da SUDENE e pelos técnicos do Ministério da Integração, cumprimentando a todos na pessoa do Senhor Jenner Guimarães, Secretário de Fundos e Incentivos Fiscais. Passando ao próximo item da pauta, cedeu a palavra ao Governador Eduardo Campos, com a proposta de como ser encaminhado as tratativas junto ao supremo e ao Governo Federal em relação à decisão de eventual suspensão dos incentivos estaduais. O Governador Eduardo Campos teceu seus cumprimentos aos presentes e esclareceu que fora uma decisão tomada no início de Abril pela Presidente Dilma e que vem sendo discutido com o Governo Federal, inclusive nas últimas medidas do Brasil Maior, a necessidade de se ter um olhar e um recorte regional. Por outro lado, afirmou reconhecer “o esforço que o Ministro fez e toda equipe da Presidente Dilma em implementar o que foi discutido no final do ano passado no CONDEL, com relação à necessidade de financeirização do FDNE, ao tempo em que também surgiram ao adendo do Governador Cid Gomes, no que diz respeito ao apelo deste Conselho para a abertura do capital do Banco do Nordeste, e que seja utilizada a mesma regra que este Conselho usou para deliberar sobre a matéria do foco dos recursos do FNE que 20% deveria ser o máximo disponibilizado, para que os grandes investimentos não avançassem sobre o seu orçamento, sugerindo quando se tratar do FDNE, usar o mesmo critério, ou seja, 80% fosse do Banco do Nordeste e o restante, os 20%, fosse disponibilizado para outros agentes. Porque desta forma, explicou, os dois mecanismos irão obrigar o fortalecimento de um banco regional que tem o relevo do Banco do Nordeste”. Neste momento, o Governador Marcelo Deda manifestou solidariedade e se for o caso, nas negociações com a presidência, transformar essa preocupação num critério objetivo, num percentual do fundo que deverá ser aplicado pelo próprio Banco do Nordeste, fazendo eco e registrando o apoio de Sergipe às observações trazidas pelos governadores do Ceará e de Pernambuco. De volta com a palavra, o Governador de Pernambuco solicitou ler a moção sugerida para ser em consenso do CONDEL colocada em aprovação: “Considerando que o Nordeste brasileiro vem crescendo mais que o Brasil em razão dos esforços feitos pelo Governo Federal, bem como de políticas públicas adotadas de modo responsável pelos Estados da Região, em especial àquelas que combatem a pobreza, considerando que a despeito disso a ocupação de 28% da população brasileira, a participação do Nordeste no PIB cresceu apenas de 13% em 2002 para 13,5% em 2009, considerando que em razão disso, persistem as graves desigualdades regionais, apresentando o Nordeste as taxas de índice de mortalidade infantil, taxa de pessoas pobres e analfabetismo, estão ainda muito distantes das regiões ricas do país, considerando que permanece sem resolução questões essenciais para regiões mais pobres do país, a exemplo da questão dos royalties o julgamento da ADPF Nº 178/2009 que tem como relator o Ministro Lewandowski,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

relativo ao salário educação, assim como a normatização do fundo de participação dos Estados, da Federação, considerando que a região Sudeste continua oferecendo uma infraestrutura muito mais vantajosa para os empreendimentos do que oferece a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, considerando a necessidade de uma política que cumpra o mandato constitucional de equilíbrio regional e de combate às desigualdades inter-regionais permitindo um crescimento sustentável das regiões econômicas e socialmente deprimidas, determinaram por impor aos Estados do Nordeste a adoção de legislações que ofereceram, ao longo dos anos, incentivos fundamentais na atração de investimentos em essencial em face do quórum de unanimidade do CONFAS imposto pela lei complementar nº 24/75 resolvem: manifestar a preocupação com a proposta de edição de súmula vinculante nº69 que tenha por escopo a declaração de inconstitucionalidade das isenções, incentivos, créditos, presumidos e benefícios fiscais concedidos por lei, sem prévia aprovação em convênio celebrada no âmbito do CONFAS, propondo a suspensão de sua edição até a aprovação de uma reforma tributária que tenha por objetivo, inclusive, a diminuição das desigualdades regionais. Manifestar a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal aprecie e julgue a ADPF Nº 189/2009 da relatoria do Ministro Dias Toffoli, que discute a previsão de unanimidade para as decisões do CONFAS, uma vez que tal unanimidade sobre não ser exigência da Constituição é a principal responsável pela concessão dos incentivos por lei em face do verdadeiro cerco de impostos aos Estados do Nordeste e manifesta fratura do princípio federativo dos fundamentos do Estado democrático do direito e dos princípios republicanos e também constitucional de combate as desigualdades regionais. Terceiro: Manifestar em qualquer hipótese a necessidade de uma ampla discussão da questão no Congresso Nacional e no poder judiciário que, inclusive contemple a convalidação da legislação em vigor a cerca do assunto, bem como o período de transição para eventual nova ordem. Quarto: que se encaminhe essa deliberação à Presidência do Supremo Tribunal Federal e a cada um dos seus iminentes ministros, as duas casas do Congresso Nacional a Presidenta da República e aos ministros da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil. Recife 27/04/2012”. Com a palavra, o Presidente do CONDEL, Ministro Fernando Bezerra, consultou os senhores Conselheiros, colocou em votação, ninguém se manifestou sobre o tema. Aprovado. A Governadora do Rio Grande do Norte aproveitou para solicitar a todos os governadores, que em conjunto fizessem visita ao novo Presidente do Supremo, apresentando essas preocupações que são as mesmas de todos os nordestinos, elegendo o Governador Eduardo para marcar essa audiência. O Ministro traduziu a manifestação dos demais governadores, apoiando a sugestão da Governadora, passando a palavra ao Prefeito Júlio Lóssio, representante da ABM. Cumprimentando todos os presentes, aproveitou para convidar os governadores e prefeitos dos seus Estados para visitarem Petrolina no período de 23 a 26 de maio, quando estarão realizando a Fenagre (Feira Nacional da Agricultura Irrigada); colocou que Petrolina e o Vale do São Francisco possuem cerca de 120 mil hectares, gerando 240 mil empregos e que a agricultura irrigada de Petrolina está bastante otimista e que esse ano, paradoxalmente a tudo o que está sendo discutido, viverá na área irrigada, que representa 20% do território em Petrolina, um momento de muitos recursos. Portanto, esclareceu que seu depoimento vinha ratificar a importância de se ter água perene, movimento que iniciou no



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Semiárido, capitaneado pelo Governador Nilo Coelho. Levantou os índices *Per capita* diferenciados de Petrolina, índices educacionais, índices de mortalidades infantil, em relação as demais regiões do país, na região irrigada. Porém, enfatizou que tem também a área de seca e sugeriu que se invista em situações perenes, além da cisterna, ressaltando não ser essa a solução, apesar de Petrolina ser uma terra “abençoada” e que quando juntam água e solo tem-se riqueza em abundância. Parabenizou o Secretário de Agricultura de Pernambuco que, junto com o Governador, fez investimento na ordem de R\$ 3,0 milhões, com a retomada do projeto de irrigação, que estava há muitos anos parado e irá dar sustentabilidade às pessoas que lá habitam. Solicitou, em nome da Frente Nacional dos Prefeitos, da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação Brasileira dos Municípios, uma maior participação dos municípios nesses programas, e sabedores da instituição dos Comitês Gestores, gostaria de perguntar se esses recursos serão de execução direta do Estado ou serão realizados convênios com os municípios, solicitando uma maior integração dos municípios, pois foram pouco citados na reunião. Finalizou agradecendo a todos os presentes. O Ministro reiterou a fala do Prefeito Júlio Lóssio e informou que o Ministério da Integração apóia o evento e que está trabalhando para poder lançar o Programa “Mais Irrigação”, outra iniciativa do Governo Federal e lembrou que o PAC destacou para a irrigação um valor em torno de R\$ 2,2 bilhões em investimentos para todos os Estados do Nordeste brasileiro. Em seguida, ofereceu a palavra à representante da Ministra Miriam Belchior, Ester Dweck, Chefe da Assessoria Econômica do MPOG, que cumprimentou a todos os presentes em nome da Ministra. Iniciou sua explanação destacando, em primeiro lugar, que a questão do Desenvolvimento Regional é uma questão muito presente no Ministério do Planejamento e, sem dúvida, o apoio à SUDENE faz parte das prioridades da Ministra Miriam, que estava presente na segunda-feira, na reunião com os Governadores e a Presidenta, mas hoje ela não pode vir. Ressaltou a importância das iniciativas tratadas aqui no CONDEL e como o Ministro destacou, no início, a questão da financeirização é um ponto muito importante e os avanços que aconteceram nos últimos anos têm que continuar, corroborando com os dados estatísticos apresentados. Nesse sentido, falou da preocupação central do Governo Federal na questão da estiagem para que alguns desses avanços não sejam perdidos e, nesse sentido o Ministério do Planejamento esteve presente nas decisões e principalmente na questão dos Comitês, que irão permitir que outras medidas possam ser feitas e se essas que foram tomadas, até agora, não forem suficientes. A Ministra Miriam, continuou a Secretária, faz parte do Conselho Nacional Monetário, que deverá assinar em breve a resolução que irá, de fato, permitir que as linhas de financiamento que foram lançadas sejam efetivadas para que o Banco do Nordeste possa começar a operá-las e afirmou ter, aproximadamente, 12 Bilhões apenas no PAC, além dos Programas Água para Todos, que são uma série de medidas de oferta de recursos hídricos. Disse que o Governo Federal está muito empenhado e, ressaltou, a pedido da Ministra, que parte destes recursos do PAC é de execução direta do Governo Federal, porém, grande parte é de execução em parceria com os governos. Aproveitou a presença do Prefeito de Petrolina, como representante de todos os outros prefeitos, para enfatizar que outras iniciativas também são em parceria com os municípios, exemplificando que nesta semana teve o lançamento de ações sobre a questão de mobilidade e outras iniciativas, como saneamento, que são diretamente ligadas às





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

questões de recursos hídricos. Lembrou que o MPOG quer uma parceria efetiva com governos estaduais e municipais, para que as ações sejam executadas da maneira mais séria possível. Agradecendo as palavras da Secretária Ester Dweck, o Ministro passou a palavra ao Vice Governador do Espírito Santo, Givaldo Vieira, que cumprimentou a todos os presentes na pessoa do anfitrião, Governador Eduardo Campos, trazendo os cumprimentos e abraços do governador Renato Casagrande, que não pode estar presente na reunião de hoje. Explicou que o Espírito Santo estava passando por um momento difícil, com recente decisão do Senado na aprovação da resolução nº72, que reduziu o ICMS dos produtos importados de 12% para 4%. Extinguindo, definitivamente, um sistema de incentivo que tinha por 40 anos no Estado. Desta forma, reforçou a preocupação que o Governador Eduardo Campos colocou com relação aos incentivos, e disse que o Governador Casagrande estava se reunindo com representantes de toda sociedade da classe política para discutir novas diretrizes para o Espírito Santo superar este problema, que implicará numa queda de arrecadação em torno de R\$1,0 bilhão por ano. “Queria reforçar, ao Ministro, a intenção de participar mais ativamente do processo da SUDENE, aproximar mais o Espírito Santo”. Ressaltou que a presença da SUDENE nos 28 municípios do Semiárido Capixaba, com os mecanismos de incentivo, tem ajudado a levar o desenvolvimento mais para o Norte do Estado. Informou que o Banco do Nordeste está ampliando sua presença, o que é muito positivo, e que este ano a seca já se encontrava em alguns municípios, que decretaram situação de emergência. Parabenizou a reunião, agradecendo o acolhimento de todos do governo de Pernambuco, a todos que os acompanham e desejou que as futuras reuniões do Conselho fossem cada vez mais produtivas. Com a palavra, o Senhor Flávio Sabóia teceu seus cumprimentos e colocou três pontos não tratados nesse momento: um deles refere-se aos pagamentos dos financiamentos dos produtores rurais, que se vencem nesse exercício, lembrando que o produtor paga com safra, como irá poder pagar agora nesse período de janeiro se a sua safra só vai se regularizar a partir do primeiro semestre do próximo ano, e isso é extensivo até a todo produtor; Outro ponto, grifou, é a sobrevivência do rebanho, muito bem destacada, com os programas sociais do leite; e o último assunto é sobre os perímetros federais que dispõem de uma área expressiva não ocupada, porque não destinar tais áreas para a produção de alimentos, forragem, sementes para as próximas safras. Nesse momento, informou que já entregou em mãos, ao Ministro, as propostas preliminares da CNA, e pediu que a entrega oficial do referido documento fosse constado em Ata. O Ministro agradeceu e informou que as prorrogações estavam autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional e que, havendo alguma dúvida de interpretação, inclusive com o prazo de prorrogação, estas serão analisadas. Em relação aos perímetros ociosos, esclareceu fazer parte do programa Mais Irrigação, inclusive, para trabalhar em perímetros da CODEVASF, do DNOCS, com a modernização do sistema de irrigação e, assim, colocar as referidas áreas em produção, e continuou dizendo que o Governo Federal irá investir em torno de R\$ 300 milhões, iniciando esse ano com quase quinze perímetros no DNOCS. Nesse momento, o Ministro passou a palavra a Governadora Rosalba, que lembrou que recentemente iniciaram as obras do perímetro irrigado da barragem de Santa Cruz no Rio Grande do Norte. Parabenizou o Senhor Fábio, complementando que a CONAB vai disponibilizar o milho, porém, é preciso disponibilizar a proteína, a soja, o caroço do algodão, pois só





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

com o energético o animal não sobreviverá. Finalizou que estranhou o fato de uma mudança na pauta de um item que, “inclusive em novembro, quando na outra reunião também não foi deliberado, exatamente aquelas dívidas do FNE que precisa ter uma solução, pois, muitas pessoas estão sem poder fazer novos investimentos em função dessas”. Solicitou que isso ficasse registrado em Ata, pois, precisa desse esclarecimento. Com a palavra, o Ministro agradeceu a Governadora Rosalba, e explicou que o assunto está sob análise ainda do Banco do Nordeste e que fora pedido para fazer uma releitura da proposta, mas que até o final de maio deverá ter uma posição em consenso entre o BNB, o MPOG e o MF, solicitando ao Presidente do BNB que falasse sobre o assunto. O Senhor Jurandir colocou que o banco encaminhou a proposta e a informação dada foi que o Ministério haveria pedido para tirar da pauta. Desta forma, o Ministro disse que trará o assunto para a próxima reunião. O Governador Ricardo Coutinho e o Governador Teotônio Vilela lembraram, neste momento, a solicitação de mais recurso para ser investido em saneamento e abastecimento de água nos municípios que estão contribuindo para a bacia estendida do São Francisco, e se isso for consenso, que fosse possível formar o referido assunto em resolução. Assim, o Ministro consultou os Conselheiros para que a moção pudesse ser encaminhada para a Presidenta Dilma e a ministra Mirian Belchior, sobre a ampliação dos investimentos na área de saneamento na bacia estendida do São Francisco e solicitou que os que aprovassem permanecessem como se encontram. Aprovado. Com a palavra, o Governador Teotônio Vilela quis registrar sua satisfação em participar dessa reunião, uma reunião que já pode ser considerada uma reunião histórica, em primeiro lugar, por este templo que nos abriga, agradecendo ao Senhor Ricardo Brennand, e pelas medidas aqui tomadas, citando que era o que faltava para a região semiárida: políticas públicas de água para colocar esta água nos açudes, nos barreiros, nos poços artesianos; a dessalinização; as barragens subterrâneas; o armazenamento da água de todas as formas. Falou dos indicadores sociais de Alagoas e do Nordeste como um todo, destacando que não era muito diferente da Zona da Mata para o Sertão. Assim, as políticas públicas para erradicação da miséria são fundamentais. Ressaltou que como nordestino e como Governador, se sentia respeitado com o trabalho do Ministro à frente do Ministério da Integração Nacional. De volta com a palavra, o Ministro agradeceu ao Governador e a presença dos senhores governadores e governadoras, de todos os membros deste Conselho, reiterando o sentimento de terem vividos uma manhã de trabalho que entrará para a história da SUDENE, “Instituição tão cara ao Nordeste, aos nossos sonhos e as nossas aspirações e queria também, agradecer a maneira carinhosa como Dr. Ricardo Brennand nos acolheu no Instituto Ricardo Brennand. Ele próprio esteve à frente de todos os preparativos para que se pudesse fazer esta reunião com tanto brilho e com tanto êxito, por tanto a todos, muito obrigado”. Com a palavra, o Secretário-Executivo do CONDEL solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada, será assinada por ele, Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Secretário-Executivo do CONDEL e pelo Ministro Fernando Bezerra Coelho, Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE. A íntegra das discussões e das apresentações ocorridas no CONDEL está consignada em gravação disponível aos Conselheiros e, o registro de presença dos Conselheiros e Autoridades Convidadas, constitui parte integrante desta Ata.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Fernando Bezerra de Souza Coelho  
Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional  
Presidente

Paulo Sérgio de Noronha Fontana  
Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
Secretário-Executivo

**ORIGINAL ASSINADO**